

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de **máquinas motorizadas portáteis** (sopradores costais, roçadeira motorizada, motosserra e motopoda), conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, destinada à execução de atividades de manutenção e conservação do Parque de Exposições JK, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Município de Ituiutaba/MG.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente aquisição se faz necessária para atender à demanda contínua de manutenção e conservação do Parque de Exposições JK, espaço público de relevância municipal utilizado tanto para eventos institucionais promovidos pela Prefeitura quanto para atividades cedidas a terceiros.

A Secretaria Municipal de Agricultura é responsável pela execução dos serviços de manutenção das áreas verdes, poda de árvores, capina, limpeza e conservação de estruturas físicas do Parque, utilizando-se de mão de obra própria, composta por servidores efetivos e contratados.

Atualmente, os equipamentos existentes encontram-se com elevado nível de desgaste e baixa eficiência operacional, o que tem comprometido a execução regular das atividades e aumentado os custos de manutenção. Dessa forma, a substituição e ampliação do quantitativo de máquinas se mostra imprescindível para a continuidade e eficiência dos serviços públicos.

A contratação visa dotar a Secretaria de equipamentos modernos, de baixo consumo e com alto desempenho, adequados às demandas rotineiras e emergenciais, proporcionando maior segurança aos operadores e melhor rendimento das equipes de trabalho.

Além disso, o investimento contribuirá para a valorização do patrimônio público, conservação ambiental e boa imagem do espaço, que é palco de eventos tradicionais e de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do município.

3. DA CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO A SER ADQUIRIDO

3.1. O objeto deste Termo de Referência enquadra-se no disposto no inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de bens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, mediante especificações usuais no mercado.

3.2. Os equipamentos a serem adquiridos deverão ser novos, de primeiro uso, de fabricação recente e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, apresentando desempenho e durabilidade compatíveis com o uso em serviços contínuos de manutenção de áreas públicas.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E QUANTITATIVOS

4.1. As especificações e os quantitativos dos materiais a serem adquiridos são:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTDE.
1	Motosserra profissional , nova, sem uso anterior, a gasolina, motor 2 tempos, potência mínima 5,0 kW (6,8 HP), cilindrada mínima 90 cm ³ , sabre mínimo 63 cm (42 dentes), corrente passo 3/8" ou equivalente, lubrificação automática, sistema antivibração, partida manual com auxílio de mola, peso máximo 7,5 kg, com sabre, corrente, capa de proteção, chave combinada e manual. Marca/Modelo de Referência: STIHL MS 661 ou equivalente técnico.	un	01
2	Motopoda telescópica a gasolina , nova, motor 2 tempos, potência mínima 1,4 kW (1,9 HP), cilindrada mínima 36 cm ³ , sabre de 30 cm (12"), corrente passo 3/8" P ou equivalente, tubo telescópico com alcance mínimo de 3,0 m, lubrificação automática, sistema antivibração e empunhadura ergonômica, peso máximo 7,8 kg, com sabre, corrente, capa protetora, ferramentas e manual. Marca/Modelo de Referência: STIHL HT 135 ou equivalente técnico.	un	02
3	Roçadeira motorizada a gasolina , nova, motor 2 tempos, potência mínima 1,3 kW (1,8 HP), cilindrada mínima 30 cm ³ , eixo rígido, empunhadura dupla tipo guidão, sistema antivibração, cabeçote com fio de nylon e lâmina metálica de 2 ou 3 pontas, diâmetro de corte mínimo 420 mm, peso máximo 6,5 kg, com arnês, conjunto de corte e manual. Marca/Modelo de Referência: STIHL FS 120 ou equivalente técnico.	un	02
4	Soprador costal motorizado a gasolina , novo, motor 4 tempos (ou tecnologia equivalente), potência mínima 2,8 kW (3,8 HP), cilindrada mínima 60 cm ³ , velocidade do ar mínima 300 km/h, volume de ar mínimo 1.200 m ³ /h, tanque mínimo 1,4 L, sistema antivibração e partida manual com descompressão automática, peso máximo 10 kg, com tubo completo, alça de comando, filtro e manual. Marca/Modelo de Referência: STIHL BR 600 ou equivalente técnico.	un	03

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Consiste na aquisição de equipamentos motorizados portáteis, sendo motosserra, motopoda, roçadeiras motorizadas e sopradores costais, destinados à execução das atividades de limpeza, roçada, poda, varrição e manutenção geral das áreas verdes e estruturais do Parque de

Exposições JK, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Município de Ituiutaba/MG.

- 5.2. A solução proposta visa suprir a necessidade de equipamentos adequados e em perfeito estado de funcionamento, considerando que os atuais encontram-se com desgaste acentuado, reduzida eficiência e alto custo de manutenção. A aquisição permitirá melhor desempenho operacional, segurança aos servidores e agilidade na execução dos serviços de conservação, garantindo o uso contínuo e sustentável das instalações públicas.
- 5.3. A solução que melhor atende aos interesses e necessidades da Administração é a **aquisição dos equipamentos por meio da modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item**, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que se tratam de bens de natureza comum, com especificações padronizadas e ampla oferta no mercado, o que possibilita ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa. Ressalta-se que, por se tratar de fornecimento imediato e integral, a **Nota de Empenho** servirá como instrumento contratual, conforme dispõe o art. 95, parágrafo único, da referida lei.
- 5.4. A solução adotada decorre de análise técnica que considerou as alternativas disponíveis no mercado, como locação de equipamentos ou contratação de empresa para execução dos serviços, verificando-se que a aquisição direta é a alternativa mais eficiente, econômica e duradoura, uma vez que a Secretaria possui mão de obra própria e capacitada para operar os equipamentos e realizar as manutenções rotineiras.
- 5.5. Destaca-se que a adoção de soluções que não contemplem o atendimento integral às necessidades operacionais do Parque de Exposições seria ineficiente e antieconômica, podendo comprometer a continuidade dos serviços públicos. Assim, procedeu-se à pesquisa de mercado junto a fornecedores locais e plataformas de compras públicas, a fim de estabelecer o valor médio de referência, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.
- 5.6. O tipo de solução escolhida mostra-se o mais adequado para garantir eficiência, economicidade e eficácia, promovendo competitividade entre fornecedores, assegurando a compatibilidade técnica e operacional dos equipamentos adquiridos, bem como a continuidade e qualidade dos serviços públicos de manutenção e conservação do Parque de Exposições JK.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Valores Referenciais de Mercado – Da Proposta

6.1.1. A proposta, que compreenderá a descrição do bem ofertado, o preço unitário, o preço total e o prazo de validade, deverá ser compatível com o Termo de Referência e seus anexos, atendendo, ainda, às seguintes exigências:

- a) Conter as especificações do bem de forma clara e detalhada, especificando as características do produto ofertado, incluindo marca, modelo, procedência e demais

elementos que permitam sua inequívoca identificação e verificação de conformidade com as especificações requeridas;

b) Incluir, no preço ofertado, todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, compreendendo despesas com transporte, frete, instalação (quando aplicável), seguro, impostos, taxas e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento e entrega dos materiais.

6.2. Do Local, Prazo e Forma de Entrega dos Bens

6.2.1. Os itens licitados deverão ser entregues em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, do Edital e seus anexos, bem como de acordo com a proposta apresentada, observadas as seguintes condições:

a) Local de entrega: a entrega do objeto desta licitação deverá ser realizada na sede da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, situada no Parque de Exposições Municipal Juscelino Kubitschek, Avenida Professor José Vieira de Mendonça, s/n, Bairro Alvorada, CEP 38307-034, Ituiutaba/MG, conforme Autorização de Fornecimento;

b) Prazo de entrega: os bens deverão ser entregues no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Contratante;

c) Horário de recebimento: das **08h às 11h** e das **13h às 17h**, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (34) 3271-8164 e (34) 3271-8163.

6.2.2. Após verificada a conformidade quantitativa e qualitativa, os bens serão recebidos definitivamente mediante atesto na Nota Fiscal, pelo servidor designado pela Administração.

6.2.3. Na hipótese de constatação de irregularidades ou anomalias que comprometam a utilização adequada dos bens, estes serão rejeitados, total ou parcialmente, conforme dispõe o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, sem qualquer ônus para a Contratante, devendo o licitante vencedor proceder à substituição imediata.

6.2.4. Em caso de atraso na entrega ou recusa em realizar a substituição, o licitante vencedor estará sujeito à aplicação das sanções administrativas cabíveis, sendo que o item substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.

6.2.5. Caberá ao licitante vencedor arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, carregamento, descarregamento e demais custos diretos e indiretos relacionados à entrega do objeto desta licitação.

6.2.6. Os bens deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagens próprias, que assegurem sua integridade e proteção até o recebimento definitivo.

6.2.7. A Contratante reserva-se o direito de recusar qualquer item entregue que não atenda integralmente às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

6.2.8. Somente serão aceitos materiais novos, de acordo com as especificações exigidas, não sendo admitidos, sob qualquer hipótese, materiais usados, defeituosos, fora do padrão ou de qualidade duvidosa.

6.3. Garantia de Contratação:

6.3.1. Os equipamentos deverão possuir **garantia mínima do fabricante de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de entrega e recebimento definitivo dos itens pela Administração.

6.3.2. Durante o período de garantia, caso seja identificado qualquer defeito de fabricação, mau funcionamento ou irregularidade técnica, o fornecedor deverá providenciar, sem ônus para a Administração, a substituição do equipamento por um novo, em perfeitas condições de uso, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação formal.

6.3.3. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, de fabricação recente e acompanhados do respectivo manual do usuário em língua portuguesa, além da rede de assistência técnica autorizada acessível no território nacional.

6.3.4. A contratada deverá garantir a disponibilidade de peças de reposição e acessórios originais por, no mínimo, 5 (cinco) anos após o término da garantia, conforme as normas do Código de Defesa do Consumidor e boas práticas do setor.

6.3.5. A contagem do prazo de garantia será reiniciada em caso de substituição integral do equipamento, permanecendo as mesmas condições de cobertura e responsabilidade pelo fabricante ou fornecedor.

6.4. Dos Critérios de Sustentabilidade

6.4.1. Em conformidade com o art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e com os princípios de sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, os bens a serem adquiridos deverão observar critérios que reduzam os impactos ambientais ao longo de seu ciclo de vida, tais como:

- a)** Os equipamentos deverão possuir motores de alta eficiência energética e menor emissão de poluentes atmosféricos, atendendo, preferencialmente, aos padrões de emissões do IBAMA (PROCONVE/MAR-I) ou normas equivalentes, contribuindo

para a redução de gases nocivos e material particulado;

- b)** Os bens deverão ser construídos com materiais duráveis e recicláveis, livres de substâncias tóxicas ou perigosas em concentração acima dos limites recomendados pela Diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cádmio (Cd) e cromo hexavalente (Cr VI);
- c)** Os fabricantes ou fornecedores deverão manter política de destinação adequada de resíduos e peças inservíveis, especialmente óleos lubrificantes, filtros e embalagens, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- d)** As embalagens dos produtos deverão ser confeccionadas em materiais recicláveis, com o menor volume possível, garantindo a proteção necessária durante o transporte e armazenamento, e possibilitando a reciclagem ou reaproveitamento após o uso;
- e)** Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados de manual do usuário em formato físico ou digital, contendo orientações sobre uso racional de combustível, manutenção preventiva e descarte ambientalmente adequado, incentivando práticas sustentáveis de operação.

6.5. Da Subcontratação

6.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Condições de Execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 7.1.1.** Os locais, datas, horários e forma de entrega dos materiais estão descritos no item nº 6.2 deste Termo de Referência;
- 7.1.2.** O prazo de entrega do objeto é de 15 (quinze) dias corridos, conforme consta no item 6.2.1 deste Termo de Referência;
- 7.1.3.** Mediante justificativa plausível o prazo de entrega poderá ser prorrogado por igual período;

7.2. A Contratada deverá dispor de equipamentos e profissionais aptos e capacitados para atender integralmente à necessidade da presente contratação;

7.3. Todo o objeto e demais apontamentos discurridos no Termo de Referência, deverão ser novos e de boa qualidade, cabendo a substituição daqueles que não atendam tais exigências;

7.4. Observar, durante a execução do contrato as Normas e Legislação pertinente a presente contratação e consoante disposições contidas no presente Termo de Referência.

7.5. Considerando que a entrega será única e que não haverá emissão de contrato propriamente dito, não há que se falar na possibilidade de reajuste do valor da contratação.

8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devem ser cumpridas de imediato.

8.5. Do acompanhamento e Fiscalização do Contrato

8.5.1. A Administração fará a gestão e acompanhamento do contrato por meio dos gestores e fiscais nomeados através do Decreto nº 11.741/2025, o qual *“nomeia os gestores e fiscais do contrato, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.*

8.5.2. O fiscal nomeado em conformidade com o Decreto mencionado no item 8.5.1, deverá acompanhar e fiscalizar a execução da prestação do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao contrato, indicando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.5.3. O(s) profissional(is) designado(s) receberá(ão) o(s) material(is), cabendo-lhe:

8.5.3.1. A conferência qualitativa e quantitativa do(s) material(is), recusando-o(s) caso não esteja dentro dos limites das especificações técnicas deste Termo de Referência;

8.5.3.2. Proceder de forma criteriosa ao seu recebimento e guarda;

8.5.3.3. Prestar ao fornecedor qualquer tipo de esclarecimento quanto à identificação, quantidade ou qualidade do(s) material(is).

8.5.4. A CONTRATADA ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração.

8.5.5. A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, dentre outro.

8.5.6. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Condições de aquisição e pagamento semelhantes aos do Setor Privado, nos termos do artigo 40, Inciso I da Lei 14.133/2021.

9.1.1. Não haverá, sob-hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.1.2. Não será aplicada tal condição de pagamento nesta contratação tendo em vista que esta contratação não contempla das mesmas flexibilidades das condições de aquisição e pagamento semelhantes aos do Setor Privado, além disso, as condições de execução do contrato, recebimento e pagamento estão descritas neste Termo de Referência.

9.1.3. Não deve a contratação, em hipótese alguma, ser mais onerosa e menos eficiente do que a do setor privado.

9.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE até o 30º (trigésimo) dia útil, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, após o ateste pela Fiscal do contrato ou servidor nomeado para esta função, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a legislação vigente.

9.3. O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do

banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

9.4. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE

9.6. Previamente à data do pagamento, a CONTRATANTE juntará aos autos, para verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- b) Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS (CRF), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);
- e) A comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista será efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas

9.7. Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à entrega dos bens/materiais são de responsabilidade da CONTRATADA, podendo a CONTRATANTE exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item. Justificativa: As licitações do tipo menor preço são mais comuns, pois por meio delas o fator preponderante para a escolha da proposta mais vantajosa será o preço. O julgamento se dará pelo menor valor ofertado, desde que sejam atendidas às exigências do edital.

10.2. O fornecedor deverá atender aos requisitos de habilitação contidos no art. 62 da Lei n.º 14.133/2021.

10.3. Habilitação Jurídica:

10.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas

Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.3.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

10.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

10.4.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

10.4.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

10.4.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.5. Habilitação Econômico-Financeira:

10.5.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

10.5.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.5.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. São obrigações da CONTRATADA:

11.1.1. Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da CONTRATANTE.

11.1.2. Entregar material(is) conforme as especificações constantes deste Termo de Referência, cumprindo o prazo estabelecido.

11.1.3. Entregar material(is) no prazo e local estabelecidos neste Termo de Referência, acompanhado(s) da respectiva Nota Fiscal/Fatura, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

11.1.4. Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência do(s) material(is) fornecido(s), que deverá(ão) ser novo(s) e de primeira qualidade.

11.1.5. Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE, referentes às condições firmadas neste Termo de Referência.

11.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

11.1.7. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.

11.1.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

11.1.9. Arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, transporte, taxas de frete ou seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega, não sendo admitida qualquer cobrança posterior em nome da Contratante.

11.1.10. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11.1.11. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Ituiutaba.

11.1.12. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação.

11.1.13. Emitir Nota Fiscal/Fatura discriminada, legível e sem rasuras.

11.1.14. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE.

11.1.15. Qualquer dano causado ao patrimônio da CONTRATANTE na entrega do(s) material(is), será(ão) ressarcido(s) pela licitante vencedora, salvo justificativa comprovada, que deverá responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos diretos e indiretos, inclusive despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do Termo de Referência e da Nota de Empenho.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. São obrigações da CONTRATANTE:

12.1.1. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento do(s) material(is).

12.1.2. Informar à CONTRATADA sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega do(s) material(is) e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.

12.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado.

12.1.4. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento do(s) material(is), solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

12.1.5. Estando o(s) material(is) de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, a Contratante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados neste Termo de Referência.

12.1.6. A CONTRATANTE deverá acompanhar os prazos de entrega, exigindo que a CONTRATADA tome as providências necessárias para regularização do fornecimento, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021 e demais cominações legais.

12.1.7. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA o não-recebimento do(s) material(is), apontando as razões, quando for o caso, da(s) sua(s) não-adequação(ões) aos termos contratuais.

12.1.8. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Na hipótese de a CONTRATADA inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte,

ficará sujeita às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

- 13.1.1.** Pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material.
- 13.1.2.** Pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material.
- 13.1.3.** Pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido.
- 13.1.4.** Pela recusa da CONTRATADA em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado.
- 13.1.5.** Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Termo de Referência e não abrangida nas alíneas anteriores: 20% (vinte por cento) do valor contratado, para cada evento.
- 13.2.** As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 100% (cem por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 13.3.** As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à CONTRATADA, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
- 13.4.** A CONTRATANTE poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da Cotação Eletrônica de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.
- 13.5.** A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.
- 13.6.** O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou do crédito existente na CONTRATANTE em relação à CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.
- 13.7.** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da CONTRATANTE, devidamente justificado.
- 13.8.** As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF.
- 13.9.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou

cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.10. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

14. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O valor total estimado para aquisição do objeto licitado é de **R\$ 30.253,13 (Trinta mil, duzentos e cinquenta e três reais e treze centavos)**, conforme valores descritos na tabela abaixo, cuja estimativa de preços foram obtidas através de cotação de preços anexa a este Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTDE.	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	PREÇO MÉDIO TOTAL
1	Motosserra profissional , nova, sem uso anterior, a gasolina, motor 2 tempos, potência mínima 5,0 kW (6,8 HP), cilindrada mínima 90 cm ³ , sabre mínimo 63 cm (42 dentes), corrente passo 3/8" ou equivalente, lubrificação automática, sistema antivibração, partida manual com auxílio de mola, peso máximo 7,5 kg, com sabre, corrente, capa de proteção, chave combinada e manual. Marca/Modelo de Referência: STIHL MS 661 ou equivalente técnico.	un	01	5.572,75	5.572,75
2	Motopoda telescópica a gasolina , nova, motor 2 tempos, potência mínima 1,4 kW (1,9 HP), cilindrada mínima 36 cm ³ , sabre de 30 cm (12"), corrente passo 3/8" P ou equivalente, tubo telescópico com alcance mínimo de 3,0 m, lubrificação automática, sistema antivibração e empunhadura ergonômica, peso máximo 7,8 kg, com sabre, corrente, capa protetora, ferramentas e manual. Marca/Modelo de Referência: STIHL HT 135 ou equivalente técnico.	un	02	4.517,57	9.035,14
3	Roçadeira motorizada a gasolina , nova, motor 2 tempos, potência mínima 1,3 kW (1,8 HP), cilindrada mínima 30 cm ³ , eixo rígido, empunhadura dupla tipo guidão, sistema antivibração, cabeçote com fio de nylon e lâmina metálica de 2 ou 3 pontas,	un	02	2.118,81	4.237,62

	diâmetro de corte mínimo 420 mm, peso máximo 6,5 kg, com arnês, conjunto de corte e manual. Marca/Modelo de Referência: STIHL FS 120 ou equivalente técnico.				
4	Soprador costal motorizado a gasolina , novo, motor 4 tempos (ou tecnologia equivalente), potência mínima 2,8 kW (3,8 HP), cilindrada mínima 60 cm ³ , velocidade do ar mínima 300 km/h, volume de ar mínimo 1.200 m ³ /h, tanque mínimo 1,4 L, sistema antivibração e partida manual com descompressão automática, peso máximo 10 kg, com tubo completo, alça de comando, filtro e manual. Marca/Modelo de Referência: STIHL BR 600 ou equivalente técnico.	un	03	3.802,54	11.407,62
Valor total					30.253,13

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Os recursos orçamentários destinados à execução do objeto desta licitação são oriundos de recursos próprios e correrão à conta de dotação orçamentária específica do orçamento da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

01.05.00 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

01.05.01 – Gabinete do Secretário

20.608.0002.2.539 – Manutenção do Parque de Exposições

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente (ficha 201)

Vínculo - 1.501.000.0000

CARLOS MARQUES
Secretário Municipal de Agricultura,
Pecuária e Abastecimento